



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

FINANÇAS PÚBLICAS

07 de Novembro de 2023 | Edição nº 16 | Distribuição Gratuita | www.cipmoz.org

Proposta do PESOE 2024

Despesas com salários e remunerações aumentam em mais de 8% apesar de grandes cortes nas novas contratações

*Por: Estrela Charles

1. Introdução

A proposta do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (PESOE), de 2024, indica que o Governo pretende reduzir a contratação de novos funcionários públicos em 61%¹, com maior ênfase para os sectores da Educação e Saúde, em que a redução será de mais de 5 300 novos contratados². No entanto, a despesa com salários e remunerações continuará a crescer, atingindo 191,7 mil milhões de MT em 2024, o que representa um aumento de 8,3% em comparação com o ano 2023.

Tendo em conta que está em curso uma auditoria para a correcção das irregularidades da tabela salarial única (TSU), que aumentaram a rubrica salários e remunerações em mais de 53 mil milhões de MT; a implementação da lei da reforma obrigatória, que pretende desligar 25.278 Funcionários e Agentes do Estado e; a redução de novas contratações, com um impacto orçamental de 1,5 mil milhões de MT, era expectável que as despesas com salários e remunerações reduzissem, facto que não irá ocorrer.

O PESOE 2024 indica apenas a previsão de incremento dos salários e remunerações não indicando os detalhes dos sectores em que este aumento ocorrerá. Esta ausência de detalhes, associada à problemática salarial - atrasos salariais³, descoberta de funcionários “fantasmas”⁴, greves dos profissionais de saúde entre

outros - leva ao questionamento dos mais de 14 mil milhões de MT de aumento na rubrica salários e remunerações para o ano 2024.

O presente texto faz uma análise da proposta do PESOE para o ano 2024 com foco para as despesas de funcionamento e para a rubrica salários e remunerações. Pretende-se, neste texto, abordar a problemática do aumento das despesas com salários e remunerações numa altura em que o número de novas contratações reduz.

Tendo em conta que o ano 2024 é o último ano de mandato do actual Governo e ano de eleições gerais, o texto faz também uma análise do comportamento da rubrica salários e remunerações em períodos eleitorais associado à dificuldade do Ministério da Economia e Finanças (MEF) de prever com precisão (desvios mínimos) as variáveis macroeconómicas, com destaque para as despesas de funcionamento.

1 Dos anteriores 12. 491 em 2023 para 4. 892 novos funcionários.

2 Para o ano 2023 o PESOE indica a contratação de 9. 557 FAE para os sectores da educação e saúde e para o ano 2024 a proposta indica a contratação de 4. 203 funcionários.

3 Desde a implementação da TSU em 2022 os FAE têm se deparado com atrasos frequentes dos salários e a falta de pagamento de retroativos e horas extras. Veja mais em: <https://www.cipmoz.org/wp-content/uploads/2023/07/Impacto-economico-do-atraso-no-pagamento-.pdf>

4 O Ministério da administração estatal e Função pública divulgou em Agosto 2023, que Moçambique perdeu cerca de 725 milhões de MT nos últimos sete anos com o pagamento de salários a cerca de 3200 funcionários que na verdade não existiam, com maior predominância no sector da educação, saúde e segurança. <https://www.rm.co.mz/funcionarios-fantasmas-estado-mocambicano-lesado-em-cerca-de-725-milhoes-de-meticais-nos-ultimos-7-anos/>

Em caso de dúvidas, sugestões e questões relacionadas a esta nota, contacte: estrela.charles@cipmoz.org

2. Redução de novas contratações nos sectores de saúde e educação aumentará a precariedade dos serviços prestados

A proposta do PESOE para 2024 indica que o Governo continuará a vedar novas contratações para a função pública, com excepção dos sectores da educação e saúde nos quais haverá contratações, mas em números muito reduzido. Para o sector da saúde o Governo pretende contratar apenas 25 médicos nacionais contra os 158 previstos para 2023, uma redução de 133 médicos. Em termos gerais, o número de novas contratações no sector de saúde irá reduzir em 2.856, de 4.150 em 2023 para 1.294 em 2024. Conforme mostra a tabela 1

Tabela 1 Número das novas contratações para o sector da saúde 2023 e 2024

Profissionais	2023	2024	variação
Médicos nacionais ⁵	158	25	-133
Técnicos Superiores N1	100	0	-100
Técnicos médios e de saúde	3 151	1 089	-2 062
Serventes	701	140	-561
Motoristas de ambulância	40	40	0
Total	4 150	1 294	-2 856

Fonte: Elaborado pela autora com base na proposta do PESOE 2024 e no PESOE 2023

A redução em cerca de 70% das novas contratações para o sector da saúde irá colocar em causa a capacidade do sistema na resposta à procura por serviços médicos.

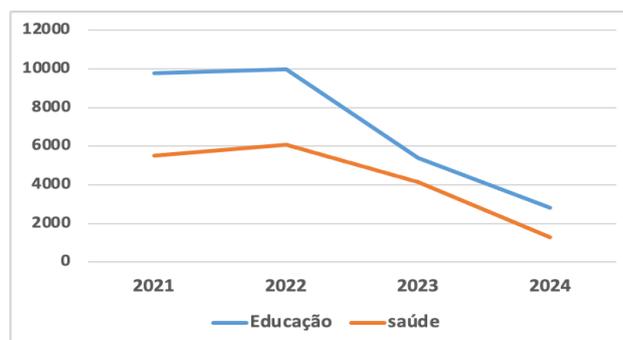
Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), Moçambique tem apenas 0,81 médicos para 10.000 habitantes. Este rácio está muito abaixo dos países vizinhos, a África do Sul possui 8,09 médicos para cada 10.000 habitantes, o Zimbabué 1,89, o Botswana 3,48, as Maurícias 26,58 e o Quénia tem 2,26⁶.

Para o sector da educação, o Governo prevê, para 2024, contratar 2.803 professores, sendo 2.119 professores para o Ensino Primário e 684 para o Ensino Secundário Geral, contra os anteriores 5.407 previstos em 2023,

uma redução de 2604 novas contratações.

O número de contratações de novos profissionais para os sectores da educação e da saúde tem reduzido nos últimos anos. Passou das anteriores 9.769 contratações, em 2021, para 2803, em 2024, para o sector da educação, e de 5 520 para 1 294 contratações para o sector da saúde. Conforme mostra o gráfico 1

Gráfico 1: Novas contratações públicas no sector da educação e saúde de 2021 e 2023



Fonte: Elaborado pela autora com base na proposta do PESOE 2024

A redução das contratações nos sectores de educação e saúde, para além de degradar cada vez mais os serviços prestados por estes sectores, aumentando o tempo de espera para o atendimento médico e a proporção aluno professor, poderá enfraquecer o potencial económico de Moçambique. Poderá traduzir-se numa maior frequência de doenças, devido a menos tratamentos, e os resultados educacionais também poderão ser afectados negativamente, devido ao maior número de ausências relacionadas às doenças.

3. Cortes nos sectores sociais contrastam com o aumento das despesas com salários e remunerações

A proposta do orçamento para o pagamento de salários, para o ano 2024, é de 191,7 mil milhões de meticais, um incremento de 8,3% em relação ao ano 2023, conforme mostra a tabela 2.

⁵ Inclui médicos especialistas e médicos de clínica geral

⁶ World Health organization (2023). Medical doctors (per 10 000 population). Disponível em: [https://www.who.int/data/gho/data/indicators/indicator-details/GHO/medical-doctors-\(per-10-000-population\)](https://www.who.int/data/gho/data/indicators/indicator-details/GHO/medical-doctors-(per-10-000-population)) acessado aos 25 de outubro de 2023.

Tabela 2: Orçamento para salários e remunerações 2016 a 2024

Anos	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Salários e remunerações	74,4	82,5	92,9	108,4	118,3	133,2	186,34	176,96	191,7
Variação		8,1	10,4	15,5	9,9	14,9	53,14	-9,38	14,64
%		10,9%	12,6%	16,7%	9,1%	12,6%	39,9%	-5,0%	8,3%

Fonte: Elaborado pela autora com base na proposta do PESOE 2024

Tendo em conta as restrições nas novas admissões, associadas ao baixo impacto orçamental (1,5 mil milhões de MT⁷), é questionável o aumento do orçamento previsto para o pagamento de salários aos funcionários públicos.

A rubrica salários e remunerações teve uma variação positiva média (crescimento médio) de 10,9 mil milhões de MT, entre 2016 e 2020. Teve, em 2021, um crescimento de 14,9 mil milhões de MT e em 2022 e 2023, devido ao impacto da TSU, teve um crescimento médio de 22 mil milhões de MT.

Para o ano 2024 não se prevê alteração do salário mínimo. E, o Governo está a implementar estratégias com vista a racionalização da folha de salário, nomeadamente:

Auditorias ao TSU - O Governo iniciou no primeiro trimestre 2023 auditorias à tabela salarial única, com o objectivo de corrigir irregularidades e reduzir o seu impacto orçamental. De acordo com o MEF⁸, as auditorias seriam concluídas em Julho de 2023 e o Estado já havia recuperado, até Junho, cerca de 500 Milhões de MT. A correcção das irregularidades na TSU deveria implicar uma redução da rubrica salários e remunerações e a projecção de um valor mais reduzido para os salários, para o ano 2024;

Reforma obrigatória dos funcionários e agentes do Estado - com a aplicação da lei da reforma obrigatória em 2023, onde mais de 25 mil funcionários serão desligados do aparelho do Estado e consequentemente a retirada destes da folha de salários, era expectável que a massa salarial reduzisse no ano 2024;

Impacto orçamental das novas contratações – as novas contratações de funcionários públicos tem um impacto orçamental de 1,5 mil milhões de MT, (ver tabela 3), o que significa que os salários e remunerações deveriam ter um acréscimo neste montante. Entretanto, este terá um aumento de mais de 14 mil milhões, não se justificando os mais de 12,5 mil milhões de MT.

7 Proposta do PESOE 2024

8 Jornal Domingo (2023). depois da auditoria à TSU: Governo prevê recuperar 500 milhões de Meticais disponível em: <https://www.jornaldomingo.co.mz/economia/depois-da-auditoria-a-tsu-governo-preve-recuperar-500-milhoes-de-meticais/>

Tabela 3: Impacto Orçamental das novas admissões 2024

Quadro 30. Impacto Orçamental das Novas Admissões 2024

SECTORES	ADMISSÕES					
	FAE			Impacto Orçamental		
	2022	2023	2024	2022	2023	2024
Educação	9 972	5 407	2 909	1 082	1 299	903
Ensino Geral	9 630	5 155	2 803	967	1 221	878
Ensino Técnico	100	67	48	41	25	11
Ensino Superior	142	85	34	55	40	8
Formação Profissional	100	100	34	18	12	6
Saúde	6 077	4 150	1 294	1 525	831	394
Agricultura	116	1 866	455	58	239	109
Órgãos de Administração da Justiça	300	1 068	222	84	132	89
Diplomatas	-	70	12	9	5	5
Total	16 465	12 491	4 892	2 848	2 500	1 500

Fonte: MEF, 2023

Fonte: Proposta do PESOE 2024

4. Continua o padrão de aumento das despesas em anos eleitorais e de fim de mandato

O período eleitoral está sujeito à vulnerabilidade e a elevados riscos fiscais, dada a maior probabilidade de uso dos recursos públicos para financiar campanhas, ou simplesmente pelo uso indevido pelos dirigentes. É um período em que as políticas macroeconómicas são manipuladas como forma de criar uma aparente competência do partido no poder e assim ganhar vantagens nas urnas.

Drazen e Eslava (2010) mostram, para a Colômbia, que o Governo influenciou os eleitores alterando a composição das despesas públicas que os eleitores mais observam. As despesas antes das eleições aumentam em alguns itens específicos, enquanto há uma diminuição em outros itens de despesas. Ou seja, as despesas totais nem sempre são afectadas antes das eleições, mas sim há gastos, em itens específicos, que aumentam a probabilidade de reeleição.

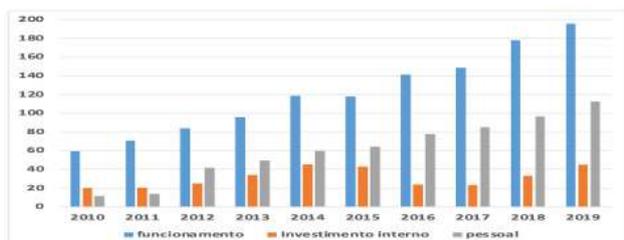
As variáveis macroeconómicas como a inflação, o desemprego, as receitas e despesas são variáveis e altamente manipuláveis em períodos eleitorais. Os políticos e os executivos do Governo implementem medidas que se desviam do economicamente óptimo para alcançar o sucesso nas eleições. Nestes casos manipulam variáveis de maior visibilidade para a sociedade com o único objectivo de estar aparentemente “bem visto” na sociedade e aumentar, assim, as possibilidades de reeleição.

Analisando o período de 2010 a 2019, período este que inclui dois ciclos eleitorais (2013/14 e 2018/19), pode-se observar que os níveis de despesas públicas, tanto de financiamento assim como de investimento, tende a aumentar. E, estes aumentos são mais significativos nos anos eleitorais. Esta situação mostra que a pressão

sobre o orçamento aumenta em períodos eleitorais, principalmente nas despesas com o pessoal.

O gráfico 2 mostra a tendência crescente das despesas, tanto de funcionamento como de investimento interno, e com o pessoal.

Gráfico 2: Despesas de funcionamento, investimento e despesas com o pessoal 2010 a 2019



Fonte: RPCGE 2010 a 2019

Para o período de 2010 a 2015 pode-se observar que as despesas de funcionamento, de investimento e com o pessoal aumentaram menos entre 2010 e mais em 2013 e 2014 (anos das eleições autárquicas e presidenciais, respectivamente).

De 2010 a 2011 a despesa de funcionamento aumentou em 11,5 mil milhões de MT (de 59,4 mil milhões de MT para 70,9 mil milhões de MT) e de 2011 a 2012 as despesas aumentaram em 12,9 mil milhões de MT, (de 70,9 mil milhões de MT para 83,8 mil milhões de MT). Entretanto, de 2013 para 2014, ano das eleições, as despesas de funcionamento aumentaram em 22,8 mil milhões de MT (de 95,7 mil milhões de MT para 118,5 mil milhões de MT), conforme mostra o gráfico 2.

Para o Período de 2015 a 2019, as despesas de investimento, financiadas por fontes internas, aumentam drasticamente nos períodos pré-eleitorais. Em 2019, ano de eleições presidenciais, as despesas financiadas por fontes internas aumentaram de 32,9 mil milhões de MT, em 2018, para 44,7 mil milhões de MT, em 2019, cerca de 36%. Tendo em conta que os níveis de crescimento dos períodos anteriores às eleições e mantendo o resto constante (*certis Paribus*) pode-se aferir que em períodos eleitorais existe uma tendência no aumento de gastos do Governo, principalmente na componente interna.

O Relatório e Parecer da Conta Geral de Estado (RPCGE - 2016), elaborada pelo tribunal administrativo (TA), indica que em 2013 e 2014 (dois anos de final de mandato) a despesa cresceu 25,4 e

24,6% e em 2016 a despesa registou um decréscimo de 11,7%.

O mesmo documento mostra ainda que no quinquénio 2012 a 2016, o ano 2014 (ano eleitoral) foi em que mais despesas de capital se verificaram, tendo alcançado um peso de 72,8 % da despesa total de investimento. Em 2012 o peso foi de 60,7%.

O ano 2024 marca o fim da implementação do Programa Quinquenal do Governo 2020-2024. É o último ano de mandato do actual Governo e ano eleitoral. Em períodos como estes, as despesas públicas, em geral, têm aumentado, agravadas pela ausência de uma lei que limite os gastos e as contratações neste período⁹.

É imperioso que sejam definidos os limites e as normas para a administração pública. Limites para a despesa com o pessoal e para a dívida pública. É importante que sejam criadas metas para controlar receitas e despesas de forma a que os governos não criem despesas sem a indicação da fonte de receita e evitando que se comprometam os orçamentos futuros.

Por exemplo, a Lei de responsabilidade fiscal brasileira define o limite de gastos com o pessoal para o período eleitoral com um percentual das receitas de 37,9% para o poder executivo das uniões¹⁰. Para Moçambique, em média, cerca de 54% das receitas do Estado são destinadas às despesas com os salários.

Para o ano 2024 as despesas com salários irão consumir 51% das receitas arrecadadas, conforme mostra a tabela 4.

Tabela 4: Peso dos salários e remunerações sobre as receitas (valores em mil milhões de MT)

Anos	2021	2022	2023	2024
Salários e remunerações	133,2	186,34	176,96	191,6
Receita do Estado	265,6	285,7	357,1	378,5
% das receitas/salários e remunerações	50%	65%	50%	51%

Fonte: Elaborado pela autora com base na proposta do PESOE 2024

⁹ Fael (2023). Deve-se fixar limite de gastos/despesas para os órgãos executivos eleitos que estão em final de mandato. Disponível em: <https://www.cipmoz.org/pt/2023/09/21/deve-se-fixar-limite-de-gastos-despesa-para-os-orgaos-executivos-eleitos-que-estao-em-final-de-mandato/>

¹⁰ Governo do Brasil. Ministério da economia. Lei de responsabilidade fiscal. Dicas. Disponível em: https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/planejamento/orcamento/lei-de-responsabilidade-fiscal/dicas/080807_pub_lrf_dicas_port.pdf/view

5. Deficiente previsibilidade das despesas – um risco para a gestão das finanças públicas

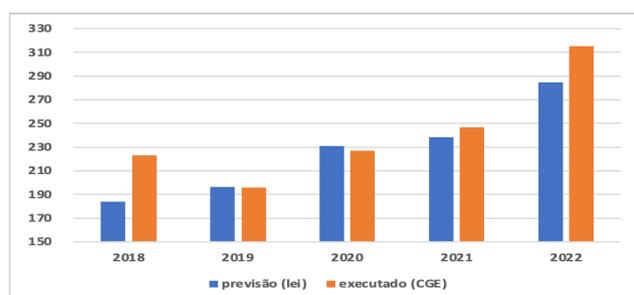
A Conta Geral do Estado, dos anos de 2018 a 2022, mostra uma diferença entre os valores previstos no PESOE (lei do orçamento) e os valores executados para as despesas públicas. Esta diferença tem aumentado ao longo dos anos e mostra uma deficiente previsão das despesas por parte do Ministério da Economia e Finanças.

Este facto, para além de constituir um risco fiscal para o país, uma vez que representa uma maior necessidade de financiamento, implica um desvio de aplicação do orçamento de investimento para o pagamento de salários.

Para o ano 2021 estava previsto, na lei orçamental N.º 19/2020, de 31 de Dezembro, o valor de 238,3 mil milhões de MT para as despesas de funcionamento, sendo que a execução (CGE 2021) mostrou um valor de 247 mil milhões de meticais, uma diferença (desvio) de 8,7 mil milhões de meticais, conforme mostra o gráfico 3

O desvio entre o previsto na lei e o executado para a rubrica despesa de funcionamento aumentou, no ano 2022, de 8,7 para 30,4 mil milhões. Tendo em conta que o desvio das receitas fiscais foi de cerca de 2 mil milhões de meticais, e este não é suficiente para cobrir os desvios da despesa, o Governo recorrerá ao endividamento interno para suprir as falhas nas projecções. De Dezembro de 2021 a Dezembro de 2022, o *stock* da dívida interna aumentou em 53,9 milhões de MT, de 195,9 mil milhões para 227,4 mil milhões de MT.

Gráfico 3: Despesas previstas na lei orçamental e as executadas de 2018 a 2022 (valores em mil milhões de MT)



Fonte: Elaborado pela autora com base na CGE 2018 a 2022 e no PESOE 2018 a 2022

A qualidade das previsões é fundamental para a saúde orçamental do país. Os erros de previsão altos e persistentes podem comprometer a execução de acções governamentais e colocar em risco o bem-estar da sociedade.

As diferenças verificadas nos últimos anos, entre as projecções e os resultados orçamentais, constituem um risco fiscal e afectam a gestão de tesouraria. Nestes termos, o Governo deve combinar e adoptar medidas para gerir e mitigar o risco, por forma a preparar estimativas mais precisas e confiáveis das receitas e despesas.

6. Conclusão

A proposta do PESOE para 2024 mostra que o Governo pretende aumentar as despesas com salários e remunerações em valores acima dos executados em 2022, ano da implementação da TSU.

Este incremento do valor para o pagamento de salários é apresentado em simultâneo com a restrição de contratações de novos funcionários públicos, com excepção dos sectores de saúde e educação que terão novas contratações num número reduzido em mais de 60%, quando comparado com as contratações previstas para o ano 2023.

Tendo em conta que o Governo iniciou no ano 2023 as auditorias à TSU, as reformas obrigatórias, onde serão desvinculados mais de 25 mil funcionários, associado ao baixo impacto orçamental dos novos funcionários e agentes do Estado, é urgente que o MEF apresente, de forma detalhada, o destino dos mais de 14 mil milhões de MT de aumento para a rubrica salários e remunerações para o ano 2024.

O histórico de execução acima do previsto nas rubricas de salários e remunerações, principalmente em períodos eleitorais, associado à deficiente previsão das despesas por parte do MEF, torna urgente a apresentação de uma proposta do PESOE 2024 mais detalhada.

7. Recomendações

Dado o acima exposto, recomenda-se ao Ministério da Economia e Finanças:

- A apresentação dos motivos que levam ao incremento da rubrica salários e remunerações tendo em conta a redução das contratações e as medidas de correcção das irregularidades da TSU
- A apresentação dos detalhes referente às aposentações, previsões de promoções, progressões dos funcionários e agentes do Estado para o ano 2024;
- A melhoria das previsões das despesas públicas, principalmente a rubrica salários e remunerações, de forma a que esta não ultrapasse o previsto na lei orçamental;
- A definição de limites para a rubrica salários e remunerações, tendo em conta os limites da receita;
- A definição de tetos máximos para desvios da despesa total, com destaque para a despesa de funcionamento e para as despesas com salários e remunerações;

8. Referências

- Banco Mundial (2023). Our World in Data. Disponível em: <https://ourworldindata.org/grapher/share-of-employee-compensation-in-public-spending?tab=table> acessado a 25 de Outubro de 2023
- Drazen, Allan & Eslava, Marcela (2010). Electoral manipulation via voter-friendly spending: Theory and evidence. Journal of Development Economics disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0304387809000054> acessado a 25 de Outubro de 2023
- DW Moçambique. (2023). Funcionários fantasmas: o problema pode ser maior?. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/funcionários-fantasma-o-problema-pode-ser-maior/a-66500162> acessado a 25 de Outubro de 2023
- Fael (2023). Deve se fixar limite de gastos/despesas para os órgãos executivos eleitos que estão em final de mandato. Disponível em: <https://www.cipmoz.org/pt/2023/09/21/deve-se-fixar-limite-de-gastos-despesa-para-os-orgaos-executivos-eleitos-que-estao-em-final-de-mandato/> acessado a 26 de Outubro de 2023
- Governo do Brasil. Ministério da economia. Lei de responsabilidade fiscal. Dicas. Disponível em: https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/planejamento/orcamento/lei-de-responsabilidade-fiscal/dicas/080807_pub_lrf_dicas_port.pdf/view acessado a 28 de setembro de 2023
- Governo do Brasil. Ministério da economia. Lei de responsabilidade fiscal. Dicas. Disponível em: https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/planejamento/orcamento/lei-de-responsabilidade-fiscal/dicas/080807_pub_lrf_dicas_port.pdf/view acessado a 25 de Outubro de 2023
- Jornal Domingo (2023). Depois da auditoria à TSU: Governo prevê recuperar 500 milhões de Meticais disponível em: <https://www.jornaldomingo.co.mz/economia/depois-da-auditoria-a-tsu-governo-preve-recuperar-500-milhoes-de-meticais/> acessado a 25 de Outubro de 2023
- MEF (2022). Relatório de riscos fiscais 2023 Disponível em www.mef.gov.mz acessado a 27 de setembro de 2023
- MEF (2023). Cenário fiscal de médio prazo 2024 – 2026. Disponível em www.mef.gov.mz acessado a 27 de setembro de 2023
- MEF (2023). Conta Geral do Estado 2021 e 2022. Maputo. Disponível em www.mef.gov.mz acessado aos 28 de setembro de 2023
- MEF (2023). Plano Económico e Social e Orçamento do Estado 2023 disponível em: www.mef.gov.mz acessado a 27 de setembro de 2023
- MEF (2023). Proposta do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado para 2024. Disponível em: <https://www.mef.gov.mz/index.php/todas-publicacoes/instrumentos-de-gestao-economica-e-social/plano-economico-e-social-e-orcamento-do-estado-pesoe/pesoe-2024/1952-proposta-do-pesoe-2024/file?force-download=1> acessado a 20 de Outubro de 2023
- Rádio Moçambique. (2023). Funcionários fantasmas: Estado moçambicano lesado em cerca de 725 milhões de meticais nos últimos 7 anos disponível em: <https://www.rm.co.mz/funcionarios-fantasma-estado-mocambicano-lesado-em-cerca-de-725-milhoes-de-meticais-nos-ultimos-7-anos/> acessado a 25 de Outubro de 2023
- Tribunal Administrativo. Relatório e Parecer da CGE 2010 a 2019. Disponível em: [https://www.ta.gov.mz/Pages/RelatoriosPareceresCGE.aspx#/#/](https://www.ta.gov.mz/Pages/RelatoriosPareceresCGE.aspx#/) acessado a 25 de Outubro de 2023
- World Health Organization (2023). Medical doctors (per 10 000 population). Disponível em: [https://www.who.int/data/gho/data/indicators/indicator-details/GHO/medical-doctors-\(per-10-000-population\)](https://www.who.int/data/gho/data/indicators/indicator-details/GHO/medical-doctors-(per-10-000-population)) acessado a 25 de Outubro de 2023.



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Parceiros:



Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra

Embaixada da Suíça em Moçambique



Norwegian Embassy



Suécia
Sverige



Reino dos Países Baixos



Informação editorial

Director: Edson Cortez

Autora: Estrela Charles

Revisão de pares: Borges Nhamirre e Edson Cortez

Revisão Linguística: Samuel Monjane

Propriedade: Centro de Integridade Pública

Rua Fernão Melo e Castro,
Bairro da Sommerschild, nº 124
Tel: (+258) 21 499916 | Fax: (+258) 21 499917
Cel: (+258) 82 3016391
[f](#)@CIP.Mozambique [t](#)@CIPMoz
www.cipmoz.org | Maputo - Moçambique